

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Direito ambiental, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental

Professora: Gina Vidal Marcilio Pompeu

Créditos: 03 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: ginapompeu@unifor.br

2. SÍNTESE DE CURRÍCULO

Estágio Pós-Doutoral em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (2017), estágio pós-doutoral em direitos humanos, econômicos e a responsabilidade social das empresas pela Faculdade de Direito da Universidade do Havre (2012), Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Mestrado em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1994), graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1987). Advogada inscrita na OAB-CE sob o n. 6101. Professora Titular de Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Diretora de Relações Internacionais - DRI. Coordenadora do grupo de pesquisas REPEJAAL, Relações econômicas, Políticas, Jurídicas, Educacionais e Ambientais da América Latina cadastrado no CNPQ, líder do CELA, Centro de Estudos Latino-Americano da Universidade de Fortaleza. Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Presidente da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia <http://red-idd.com/>. Membro da Academia Cearense de Letras Jurídicas. Membro do Conselho Consultivo Externo do Centro de Pesquisa JusGov - Pós-graduação em Direito - Universidade do Minho (2022). Membro da Associação dos professores de Direito Ambiental do Brasil - APRODAB. Áreas de pesquisa: Direito constitucional, econômico, social e ambiental. ginapompeu@unifor.br. <https://orcid.org/0000-0003-0446-7452>

3. OBJETIVO

Abordar o Direito Ambiental na perspectiva específica da sustentabilidade, seu principal vetor, levando-se em consideração o desenvolvimento elemento intrínseco, à abordagem da temática.

4. EMENTA

Fundamentos históricos, internacionais e nacionais, e constitucionalismo ambiental. Direito Fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Princípios constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro. Teoria da Constituição e ecologia. A

equidade e o pacto intergeracionais. O Estado democrático e ambiental de direito. Histórico de desastres ambientais, formação da consciência ambiental e o surgimento das primeiras legislações ditas ambientais; Conferência de Estocolmo; Consumo sustentável; Qualidade ambiental e critérios de sustentabilidade. O Discurso Ambiental nas Constituições. Influência dos Modelos e Práticas Constitucionais para Efetividade da Proteção Ambiental. O Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado na Dimensão Comparada. Jurisprudência Constitucional Ambiental. A influência do Direito ao Meio Ambiente Sustentável sobre o projeto dos Direitos Humanos. Saber Ambiental e Racionalidade ambiental. Ética, Justiça e Sustentabilidade. Os impactos socioambientais do desenvolvimento.

5. PROGRAMA

	CONTEÚDO DAS AULAS	DATA
1	PRIMAVERA SILENCIOSA REVISITADA: Uma homenagem a Rachel Carson. https://drive.google.com/file/d/1ycXR_GOPVaJvnW_pEkavTWO0-AlmV3kB/view	
2	Estudos sobre as relações de poder e as funções típicas do Estado: legislativa, executiva e judiciária. Identificar o percurso democrático, avanços e retrocessos da participação política.	
3	O acordo de Scazu, como garantia do acesso à informação e à liberdade de expressão à justiça. Um tratado internacional da América Latina e do Caribe que busca garantir o acesso à informação, e à participação pública.	
4	Analisar o novo constitucionalismo latino-americano do século XXI, reformas constitucionais, e até que ponto uma sociedade não democrática sustenta um governo democrático (Muller).	
5	Crescimento econômico e desenvolvimento Humano. O desenvolvimento sustentável e os instrumentos de integração sócio, jurídico, econômico, político e ambiental. Relações no âmbito da globalização transnacional, dos mercados. Geração de emprego e renda: atração de empresas, abertura, manutenção e processo falimentar; parcerias público-privadas, e o arcabouço jurídico de proteção à realização de negócios internacionais, assim como a proteção das relações de trabalho e a responsabilidade socioambiental das empresas.	
6	A questão migratória e as respectivas políticas públicas de	

	integração. (Conhecer os dados da CEPAL — Comissão para a América Latina e Caribe https://www.cepal.org/pt-br)	
7	Estudo do PDESCA. (plano de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental na América Latina) Efetivação dos direitos sociais por meio de políticas públicas, de destinação orçamentária e priorização do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU — Agenda 2030, ONU, da CEPAL, da OCDE. Sobremaneira Vida na Terra e proteção à vida Marinha.	
8	Educar em matéria de direitos ambiental, estudar os limites planetários, o aquecimento global e a poluição por plástico.	
9	Responsabilidade social das empresas na América Latina.	
10	CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos, constitucionalismo multinível e o controle de convencionalidade, diante das decisões oriundas dos tribunais latino-americanos e legislações nacionais e municipais.	
11	Do Antropocentrismo ao ecocentrismo. Humanizar a natureza, ou naturalizar o humano.	
12	A equidade e os pactos intergeracionais e interespecies. O Direito Constitucional Ecológico na América Latina, no Antropoceno: das “Leis da Natureza” às “Leis Humanas” (Ciência da Natureza, Limites Planetários e Direito Planetário). Legislação que aponta a Natureza como sujeito de direito.	
13	Ética Ecológica e Animal: O Direito no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico. Princípio da dignidade do animal não humano e da Natureza. Solidariedade interespecies no constitucionalismo latino-americano.	
14	Estudo jurisprudencial comparado na América latina, África e Europa.	
15	Entrega dos artigos científicos e defesa oral.	

6. METODOLOGIA:

As aulas serão expositivas, dialogadas, apoiadas em dinâmicas de *COIL (Collaborative Online International Learning)* e em consultas à doutrina e sites especializados, textos disponíveis na biblioteca ou indicados pela professora. Estudo de casos, debates, leitura e participação dos macroprocessos dos grupos de pesquisa REPJEAAL, relações econômicas, políticas, jurídicas, educacionais e ambientais na América Latina e da RED-IDD, rede interamericana de direitos fundamentais e democracia. Formação de grupos de estudos no início do semestre para aprofundamento de temas específicos do conteúdo

programático. Indicação de temas para pesquisas e apresentação dos resultados em forma de artigo, com defesa oral em seminário no final da disciplina. Apoio de data show, unifor-online: Chat: grupos de discussão *webaula* para disponibilização de textos e tarefas, projeção de filmes nas salas de vídeo e de multimeios. Para maior rentabilidade, eficácia e enriquecimento, os acadêmicos deverão, semanal e previamente, realizar leituras sistemáticas da doutrina constante da bibliografia.

7. AVALIAÇÃO

Os mestrandos e doutorandos serão avaliados mediante participação semanal em sala de aula com a entrega de resumos das pesquisas e textos pré-determinados. Estes comporão os respectivos portfólios. (2 pontos)

Escrita de artigo científico, conforme os padrões normativos da ABNT e especificações da CAPES, e defesa oral. (8 pontos)

Esse artigo conterà a temática abordada na disciplina, referências aos autores estudados e deverá apresentar padrão de qualidade que permita o envio à publicação em revista nacional ou estrangeira.

Recomenda-se não fundamentar o trabalho em manuais de Direito, jornais, blogs ou qualquer outra fonte não científica ou não correspondente ao nível da pós-graduação *stricto sensu*. Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail ginapompeu@unifor.br, no formato PDF e *word*.

Critérios de avaliação

- Tema diretamente relacionado à disciplina;
- Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação *stricto sensu*;
- Citação de no mínimo 15 textos de doutrina (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação (manuais, cursos etc.) ou não científicos (notícias, textos publicados em blogs ou em revistas não científicas etc.);
- Obediência às regras da ABNT;
- Percentagem máxima do Turnitin: 30% de ausência de originalidade. No caso de plágio (qualquer seja a percentagem) implicará em reprovação;

O prazo de entrega do artigo e defesa oral será na 15 aula da disciplina. Depois da correção realizada pela professora, será deferido o prazo de uma semana para o último envio e correção para a nota final que será enviada à secretaria do PPGD.

Frequência obrigatória 75%

O aluno pode faltar no máximo 3 aulas.

8. BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. [S. l.]: Elefante, 2018. 224 p.

ARAGÃO, Alexandra. A proibição de retrocesso como garantia da evolução sustentável do direito ambiental. In: CHACON, Mario Pena (ed.). El principio de no regresión ambiental en Iberoamérica. Gland (Suíça): IUCN/Programa de Direito Ambiental, 2015. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/EPLP-084.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BENJAMIN, Antonio Herman. A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v. 31, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/398/380>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BOSELTMANN, Klaus. Direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade. In: SARLET, Ingo W. (org.). Estado socioambiental e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BOSELTMANN, Klaus. O princípio da sustentabilidade: transformando direito e governança. Tradução: Phillip Gil França. São Paulo: RT, 2015.

BOYD, David R. The rights of nature: a legal revolution that could save the world. Toronto: ECW Press, 2017.

CAFFERATTA, Néstor A. Del diálogo de fontes como método de aplicação del Derecho Ambiental. Revista de Direito Ambiental (RDAMB), [S. l.], v. 63, p. 23-44, jul./set. 2020.

CAPPELLI, Sílvia. In dubio pro natura. Revista de Direito Ambiental, [S. l.], v. 98, p. 197-223, abr./jun. 2020.

CEPAL. Acordo Regional de Escazú para América Latina e Caribe sobre Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental (2018). Disponível em: <https://observatoriop10.cepal.org/en/treaty/regional-agreement-access-information-public-participation-and-justice-environmental-matters>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Opinião Consultiva n. 23 sobre Meio Ambiente e Direitos Humanos (2017). Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Decisão no Caso Tierra Nuestra v. Argentina (2020). Disponível em:

https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_420_esp.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Opinião Consultiva 32/2025: Emergência Climática e Direitos Humanos. Parecer Consultivo PC-32/25 de 29 de maio de 2025. Série A No. 32. Disponível em: <https://corteidh.or.cr/tablas/OC-32-2025/index-por.html>. Acesso em: 3 fev. 2026.

FENSTERSEIFER, Tiago. O “diálogo das fontes normativas” na perspectiva do Direito Ambiental. *Gen Jurídico*, 3 fev. 2021. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2021/02/03/dialogo-fontes-normativas-ambiental/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

KERSTEN, Jens. Who Needs Rights of Nature? In: HILLEBRECHT, Anna Leah Tabios; BERROS, María Valeria (org.). *Can Nature have rights? Legal and political insights*. Munique: Rachel Carson Center/LMU, 2017. (RCC Perspectives — Transformations in Environment and Society, 2017/6). Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/55914fd1e4b01fb0b851a814/t/5a6a132c085229bc85004ba5/1516901169664/Rachel+Carson+Center_Publication_Can+Nature+Have+Rights+Legal+and+Political+Insights_Hillebrecht+%26+Berros+2017.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

KOLBERT, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KOTZÉ, Louis J. Earth system law for the Anthropocene: rethinking environmental law alongside the Earth system metaphor. *Transnational Legal Theory*, [S. l.], v. 11, n. 1-2, p. 75-104, 2020.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUR, Bruno. *Politics of nature: how to bring the sciences into democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

LATOUR, Bruno. *Facing Gaia: eight lectures on the new climate regime*. Tradução: Catherine Porter. Cambridge: Polity, 2017.

LEITE, José Rubens Morato (coord.). *A ecologização do direito ambiental vigente: rupturas necessárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; ARAUJO, Liane Maria Santiago Cavalcante. Dignidade humana e combate ao racismo ambiental: acordo regional de Escazú e Programa E-Carroceiros, em Fortaleza, Ceará. *Revista Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 21, p. 169-190, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/20090/14485>.
Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; POMPEU, Randal Martins (org.); HOLANDA, Marcus Mauricius (org.). A racionalidade ambiental, o diálogo dos saberes e o papel da Universidade. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2020. Disponível em: <https://fundarfenix.com.br/ebook/47-a-razionalidade-ambiental/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FERNANDES, Marcia Maria dos Santos Souza. Desenvolvimento e racionalidades econômica e ambiental: interfaces com o Buen Vivir? Prim@ Facie, João Pessoa, v. 20, p. 178-208, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/46901>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FREITAS, Flávio Henrique Albuquerque de. Crescimento econômico e desenvolvimento humano na Região Amazônica sob o enfoque da geração de energia: linhão de Tucuruí. Humanidades & Inovação, Palmas, v. 8, p. 202-214, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4432>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; HOLANDA, Marcus Mauricius (org.); POMPEU, Randal Martins (org.). Água, clima e restauração dos ecossistemas: reconhecimento dos direitos da natureza e das garantias do futuro intergeracional (Volume I). Porto Alegre: Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://fundarfenix.com.br/ebook/114intergeracionalvl/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; POMPEU, Randal Martins (org.); HOLANDA, Marcus Mauricius (org.). Água, clima e restauração dos ecossistemas: reconhecimento dos direitos da natureza e das garantias do futuro intergeracional (Volume II). Porto Alegre: Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://fundarfenix.com.br/ebook/114intergeracionalvl/>. Acesso em: 3 fev. 2026.


POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FARIAS, Cyntia Mirella Costa. A efetividade dos princípios ruggie no Brasil à luz do controle de convencionalidade: os desafios da aplicação de uma soft law meio à crise da COVID-19. Revista em Tempo (Online), Marília, v. 22, p. 180-203, 2022. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3353>. Acesso em: 3 fev. 2026.


POMPEU, Gina Vidal Marcílio; PIRES, Andressa Borges Monteiro. Sic parvis magna: empresa simples de crédito e desenvolvimento sustentável. Revista Brasileira de Direito Atitus, Passo Fundo, v. 18, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/3755/3124>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; GOUVEIA, Alessandro Samartin de. O escopo do Ministério Público diante da urgência climática e o desflorestamento da Amazônia. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 13, p. 432-463, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/29008/25960>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; HOLANDA, Marcus Mauricius. A natureza como Stakeholder e orientador estratégico para as relações corporativas de responsabilidade social. *Revista Direito e Paz*, Lorena, v. 47, p. 149-169, 2022. Disponível em: <https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1665/679>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SILVA, Ariadna Fernandes. Seguro ambiental como instrumento de gestão corporativa do meio ambiente do trabalho baseado nos princípios ESG. *Revista de Direito Brasileira*, v. 33, p. 217-233, 2022. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/8537/6778>. Acesso em: 3 fev. 2026.

 POMPEU, Gina Vidal Marcílio; HOLANDA, Marcus Mauricius (org.); POMPEU, Randal Martins (org.). *Primavera silenciosa revisitada: uma homenagem a Rachel Carson*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022. Disponível em: <https://fundarfenix.com.br/ebook/199rachelcarson>. Acesso em: 3 fev. 2026.

 POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FARIAS, Maria Élia da Costa. Direitos Humanos e o banqueiro dos pobres: impactos do microcrédito na região Nordeste. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*, v. 9, p. 50-66, 2023. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/10176/pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; PINHEIRO, Luciana Barreira de Vasconcelos. Do desenvolvimento sustentável aos direitos da natureza no Brasil: perspectivas à luz do princípio da integridade ecológica. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 21, n. 12, p. 26461—26481, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2554>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; RAMOS, Gabriela. O Acordo de Escazú e seus reflexos na gestão hídrica brasileira à luz de um sistema ambiental multinível. *Revista Direito UFMS*, Campo Grande, v. 8, p. 146-163, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/18009>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; VASCONCELOS, Luciana Barreira de. Direitos da natureza no Brasil à luz do princípio da integridade ecológica. *Novos Estudos Jurídicos (Online)*,

Itajaí, v. 28, p. 615-641, 2023. Disponível em:
<https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/17721>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; LUZ, Natália Maria Silva. Economia e Ecossistemas: abordagens ambientais segundo Michele Carducci. *Pensar — Revista de Ciências Jurídicas*, Fortaleza, v. 29, p. 1-11, 2024. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/380334794_Economia_e_Ecossistemas_Abordagens_Ambientais_Segundo_Michele_Carducci. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; RAMOS, Ana Gabriela Brito. O princípio da integridade ecológica em Rachel Carson e a gestão descentralizada de recursos hídricos. *Direito e Liberdade*, Natal, v. 26, p. 1-14, 2024. Disponível em:
https://ww2.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/2716/1004. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SOUSA, Francisco Ivan de. Custo dos direitos e política nacional de resíduos sólidos: uma interação necessária para garantia do princípio da solidariedade. *Foco (Faculdade Novo Milênio)*, v. 17, p. 1-25, 2024. Disponível em:
<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5759/4921>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SOUZA, Antônio Felipe Pereira de. A era ecocêntrica e os conflitos entre Direitos Humanos e Direitos Ambientais. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 22, p. 1-20, 2024. Disponível em:
<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/5725>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; RIOS, Placido Barroso. As consequências da reforma tributária na defesa do meio ambiente. *Revista da AGU*, Brasília, v. 23, p. 179-197, 2024. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/issue/view/188>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; ROCHA, Fabíola de Araújo. Energias limpas: instalação, manutenção e descomissionamento diante do cenário da transição energética e da justiça climática. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2024. Disponível em:
<https://fundarfenix.com.br/ebook/290energiaslimpas/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; ROCHA, Fabíola de Araújo. A neointustrialização verde na cadeia produtiva do hidrogênio de baixo carbono no Estado do Ceará. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 22, p. 01-28, 2024. Disponível em:
<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4577/3054>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; VASCONCELOS, Luciana Barreira de. Análise Constitucional e convencional na ADPF 708 (caso do fundo clima). *Revista de Direito e*

Sustentabilidade, v. 1, p. 75-92, 2024. Disponível em:
<https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/10518/0>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; VASCONCELOS, Luciana Barreira de. Direitos indígenas Yanomami e meio ambiente: por uma proteção integrada no STF e no sistema interamericano. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 15, p. 1-32, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/29940>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; DIAS, Audic Cavalcante Mota; TASSIGNY, Mônica Mota; FREIRE, Luciano Nunes Maia. Financeirização da sustentabilidade, SBCE, inovação e o desafio constitucional da governança climática no Brasil. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 22, n. 6, p. e223879, 2025. DOI: 10.18623/rvd.v22.n6.3879. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/3879>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FREIRE, Luciano Nunes Maia. O grito da caatinga: impactos socioeconômicos do desmatamento e a inteligência artificial como esperança de dias melhores. Revista do Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília, v. 13, p. 399-429, 2025. Disponível em:
<https://ojs.cnmp.mp.br/index.php/revistacnmp/article/view/851>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; CRUZ, Patricia Moura Monteiro. Trabalho decente, o ODS nº 8 da Agenda da ONU e a visão de “um mundo do três zeros” de Muhammad Yunus. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 16, n. 1, e282, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v16i1.31056>. Disponível em:
<https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v16i1.31056>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; DIAS, Audic Cavalcante Mota; FREIRE, Luciano Nunes Maia. A constituição global em Luigi Ferrajoli: fundamentos garantistas e desafios para a proteção ambiental no século XXI. Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 22, p. 1-28, 2025. Disponível em:
<https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/3011>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; DIAS, Audic Cavalcante Mota. Autonomia municipal em litígios internacionais: desafios ao pacto federativo e à soberania nacional diante do desastre de Mariana. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 22, p. 266-281, 2025. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/9882>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SILVÉRIO PEREIRA, Kalyl Lamarck. Climate Litigation and Public Participation in Socio-Environmental International Law. Veredas do Direito, Belo

Horizonte, v. 22, n. 1, p. e222768, 2025. DOI: 10.18623/rvd.v22.2768. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/2768>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SILVA DE OLIVEIRA NETO, Emetério; FREIRE, Luciano Nunes Maia. Rough justice? versus reparação integral: (in)constitucionalidade da repactuação dos danos socioambientais do caso Mariana. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 59, p. 103-126, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/146720>. Acesso em: 3 fev. 2026.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SILVA, Adriana Helena Moreira da (org.); BORGES, Maely Barreto (org.); PRIEUR, J. (org.). Justiça para os animais: por um mundo melhor entre espécies. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2025. Disponível em: <https://fundarfenix.com.br/ebook/403justica-para-os-animais-por-um-mundo-melhor-entre-especies>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PRIEUR, Michel. Princípio da proibição de retrocesso ambiental. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O princípio da proibição de retrocesso ambiental. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242559>. Acesso em: 3 fev. 2026.

RAWORTH, Kate. Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. Nature, [S. l.], v. 461, p. 472-475, set. 2009. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/461472a>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. Ecology and Society, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1-32, dez. 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Jeffrey D. The Ages of Globalization: Geography, Technology, and Institutions. New York: Columbia University Press, 2020.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. A integridade ecológica como princípio ou norma fundamental (Grundnorm) do Direito Ambiental no Antropoceno. Gen Jurídico, 15 set. 2020. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/09/15/integridade-ecologica-grundnorm/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. Os limites planetários como parâmetro para a progressividade das “Leis dos Homens” de proteção ecológica em face da força

imperativa das “Leis da Natureza”. Gen Jurídico, 17 ago. 2020. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/08/17/limites-planetarios-como-parametro/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, Vasco Pereira da. Direito constitucional e administrativo sem fronteiras. Coimbra: Almedina, 2019.

SILVA, Vasco Pereira da. Verde cor de direito: lições de direito do ambiente. Coimbra: Almedina, 2002.

SINGER, Peter. Libertação animal. Tradução: Maria de Fátima St. Aubyn. Porto: Via Optima, 2000.

SOZZO, Gonzalo. Derecho privado ambiental: el giro ecológico del derecho privado. Buenos Aires: Rubinzal—Culzoni Editores, 2019.

STEFFEN, Will et al. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. Philosophical Transactions: Mathematical, Physical and Engineering Sciences (Royal Society), [S. l.], v. 369, n. 1938, p. 842-867, mar. 2011.

STEFFEN, Will et al. The Anthropocene: from Global Change to Planetary Stewardship. Ambio (Royal Swedish Academy of Sciences), [S. l.], v. 40, n. 7, p. 739-761, nov. 2011.

STERN, Nicholas. Managing Climate Change. Climate, Growth and Equitable Development. Leçons inaugurales du Collège de France, n° 212. Paris: Collège de France, 2010. Disponível em: <https://www.college-de-france.fr/site/en-nicholas-stern/inaugural-lecture-2010-02-04-18h00.htm>. Acesso em: 3 fev. 2026.

STONE, Christopher D. Should trees have standing? Law, morality, and the environment. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

STUCKI, Saskia. Towards a Theory of Legal Animal Rights: Simple and Fundamental Rights. Oxford Journal of Legal Studies, [S. l.], v. 0, n. 0, p. 1—28, 2020.

SUNSTEIN, Cass; NUSSBAUM, Martha (ed.). Animal rights: current debates and new directions. New York: Oxford University Press, 2004.

VEIGA, José Eli da. O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOIGT, Christina (ed.). Rule of law for nature: new dimensions and ideas in environmental law. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WEDY, Gabriel. Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas: um direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2018.

WEDY, Gabriel. Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão. São Paulo: JusPodivm, 2019.

WESTRA, Laura; BOSSELMANN, Klaus; WESTRA, Richard (ed.). Reconciling Human Existence with Ecological Integrity: Science, Ethics, Economics and Law. London: Earthscan, 2008.

WULF, Andrea. A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. 2. ed.

